



De(s)colonizando a Cooperação Sul-Sul: um marco analítico fundado no pós-desenvolvimento e no comum

Marina Bolfarine Caixeta¹
Maria do Carmo Rebouças dos Santos²

Resumo

Com o objetivo de repensar a Cooperação Sul-Sul como uma oportunidade para promover uma ordem mundial mais igualitária e justa, esta discussão se concentra nas contribuições latino-americanas para o pós-desenvolvimento e noções comuns que nos permitem problematizar os conceitos de desenvolvimento e cooperação internacional. Partimos do pressuposto de que a região apresenta algumas contribuições importantes em termos teórico-epistemológicos, além de experiências prático-ontológicas de relevância para a cooperação solidária, como Quilombismo, Bem Viver, Projetos de Vida, Zapatismo, com as quais podemos aprender e propor uma cooperação para o desenvolvimento diferente e inovadora. Assim, o quadro analítico alternativo proposto baseia-se em três categorias que oferecem alguns critérios de avaliação das iniciativas: a solidariedade, como princípio que deve nortear a prática da cooperação ('colocação em comum'); horizontalidade, como meio de ação que permite a participação de todos os atores ('decidir sobre bens comuns em comum'); e bem-estar social, como objetivo para alcançar a cooperação prática ("agir em comum"). Essa discussão sugere que, além da agenda global de desenvolvimento e dos mecanismos de cooperação internacional, o Sul global pode oferecer às práticas de cooperação perspectivas plurais e alternativas ao desenvolvimento.

Palavras chave: Cooperação Sul-Sul, giro decolonial, pós-desenvolvimento, comum, América Latina e Caribe.

De(s)colonizando la Cooperación Sur-Sur: un marco analítico basado en el posdesarrollo y lo común

¹ Doutora em Ciências Sociais pelo Departamento dos Estudos Latino-Americanos da Universidade de Brasília (UnB), com bolsa de pesquisa do CNPq (2017-2021). Pesquisadora do Centro de Estudos e Articulação da Cooperação Sul-Sul (ASUL) e dos Grupos de Pesquisa Descolonizando as Relações Internacionais da UNILA e Feminismo e Relações Internacionais da Universidade de Buenos Aires. Bacharel e profissional de Relações Internacionais com experiência no governo brasileiro (Ministério da Saúde) e no sistema ONU no Brasil (UNODC) com gestão de projetos de CSS e com avaliação da CSS. Email: marinabolfarinecaixeta@gmail.com

² Professora da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Doutora em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional pela Universidade de Brasília. Pesquisadora e membro do Conselho Gestor do Centro de Estudos e Articulação da Cooperação Sul-Sul. Investigadora Associada do Instituto Nacional de Estudos e Investigação da Guiné-Bissau. Membro da Associação de Estudos Latino-Americanos (LASA). Autora do livro "Guiné-Bissau: da independência colonial à dependência da cooperação internacional para o desenvolvimento" (2019). Email: mariadocarmo@ufsb.edu.br

Resumen

Con el objetivo de repensar la Cooperación Sur-Sur como oportunidad de promover un orden mundial más igualitario y justo, esta discusión se centra en las contribuciones latinoamericanas para las nociones de posdesarrollo y de común que nos permiten problematizar los conceptos de desarrollo y cooperación internacional. Partimos de supuesto de que la región presenta algunos aportes importantes en términos teórico-epistemológicos, además de experiencias práctico-ontológicas de relevancia para la cooperación solidaria, como el Quilombismo, Buen Vivir, Proyectos de Vida, Zapatismo, a partir de los cuales podemos aprender y proponer una cooperación para el desarrollo distinta e innovadora. Así, el marco analítico alternativo propuesto se basa en tres categorías que ofrecen algunos criterios para evaluación de las iniciativas: la solidaridad, como principio que debe guiar la práctica de la cooperación ('poner en común'); la horizontalidad, como medio de acción que permite la participación de todos los interesados ('decidir sobre los bienes comunes en común'); y el bienestar social, como objetivo para alcanzar practicar la cooperación ("actuar en común"). Esta discusión sugiere que más allá de la agenda global de desarrollo y de los mecanismos de cooperación internacional, el Sur global puede ofrecer a las prácticas de cooperación perspectivas y alternativas plurales al desarrollo.

Palabras clave: Cooperación Sur-Sur, giro decolonial, posdesarrollo, común, América Latina y Caribe.

Decolonizing South-South Cooperation: an analytical framework based on post-development and the common

Summary

Aiming at rethinking South-South Cooperation as an opportunity for a more equal and just world order, this discussion focuses on Latin American contributions to the notion of post development and communal. We assume that the region not only presents some important contributions in theoretical-epistemological terms, but also has practical-ontological realities of relevance in terms of a solidarity: Quilombismo, Buen Vivir, Life projects, Zapatismo, from which we can learn and purpose a different and innovative cooperation for development. The alternative analytic frame is based on three categories offering some criteria: the solidarity, as a principle that should guide the practice of cooperation ('to put in common'); the horizontality, as a means of action allowing everybody interested to participate ('to decide about the commons in common'); and the social well-being, as the objective to achieve with the cooperation practice ('to act in common'). This discussion suggests that beyond the global development agenda and the international cooperation mechanisms, the South can offer to cooperation practices plural perspectives and alternatives to development. (165 words)

Key words: South-South Cooperation, decolonial turn, postdevelopment, common, Latin-America and the Caribbean.

Introdução

Em busca de refletir sobre a de(s)colonização da Cooperação Sul-Sul (CSS) por meio da teoria decolonial, adotamos estudos críticos e sociais sobre o Sul global. Nossa proposta de descolonizar e decolonizar a CSS³ pretende responder à institucionalização dessa cooperação no eixo Sul-Sul por parte da comunidade internacional em prol da Agenda 2030, sobretudo neste cenário do PABA+40, em que ela está muitas vezes associada à cooperação triangular (CHAKRABARTI, 2019). Defendemos que a CSS não pode prescindir do ideário do Sul global, que se formula desde meados do século XX por ocasião da descolonização afro-asiática que elegeu a horizontalidade, a solidariedade, os benefícios mútuos e o respeito à autodeterminação dos povos como princípios da CSS – o ‘espírito de Bandung’.

Assim, as noções de desenvolvimento e de cooperação internacional devem ser problematizados, o que propomos fazer a partir dos debates sobre o pós-desenvolvimento e o comum. A América Latina e o Caribe (ALC) é uma região com alto potencial para contribuir com o campo da Cooperação Sul-Sul tanto pelas suas iniciativas de cooperação técnica, por meio da qual os países compartilham um ‘saber-fazer’ e suas experiências sobre a implementação de políticas públicas⁴, quanto pelas reações críticas de seus atores e autores aos elementos que constituem a manutenção do *status quo* da ordem mundial – este é o caso do giro decolonial e seus questionamentos sobre a colonialidade do ser, saber e poder. Neste capítulo, portanto, pretendemos abordar as contribuições epistemológicas e a prática social de distintos grupos sociais com vistas a propor alguns critérios analíticos para o campo de estudos da CSS.

A Cooperação Sul-Sul como instrumento decolonial

A Cooperação Sul-Sul é entendida como a oportunidade de o Sul global reformar o sistema da cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) e transformar a ordem mundial. Desde a II Guerra Mundial, as relações internacionais estão marcadas por um parâmetro de desenvolvimento hegemônico (SANTOS, 2017)⁵, quando o Sul global surge como uma ‘identidade na política’ em reação às desigualdades no plano político internacional

³ Descolonizar se refere a um processo formal das relações internacionais no plano político, jurídico e administrativo dos Estados ao sair da condição de colônia para a de um país independente dotado de soberania no direito internacional público; decolonizar, segundo entendemos, se refere à colonialidade, que é a condição dependente, subalterna de um país, povo ou grupo social.

⁴ Sobre isso recomendamos a leitura do Informe de uma década da CSS 2006-2016 (SEGIB 2018) e de uma década do Programa Ibero-americano de Fortalecimento da CSS (PFICSS) (SEGIB 2020).

⁵ Para maior aprofundamento na discussão sobre o desenvolvimento hegemônico, Santos (2017) analisa o caso de Guiné-Bissau e trata do colonialismo e da dependência resultantes da cooperação internacional para o desenvolvimento, que marcam a realidade dos países do Sul global.

e doméstico dos Estados (CAIXETA e MENEZES, 2022). Praticada por um grupo bastante diverso de países em matéria política, cultural, social e econômica, a CSS se consolidou como expressão da aliança entre os países em desenvolvimento e da solidariedade entre os povos, numa estratégia para alcançar a autonomia e o bem-estar coletivo.

Essa aliança significou a convergência dos interesses nacionais dos países do Sul na política internacional e, também, a introdução de novas visões de mundo a partir da periferia. Essa ascensão do Sul, neste início do século XXI, é um fenômeno que se manifesta tanto no plano político, via CSS, quanto acadêmico, via Epistemologias do Sul (CAIXETA, 2015). O Relatório de Desenvolvimento Humano de 2013 capturou esse fenômeno, caracterizando-o como “evolução da geopolítica dos nossos tempos, [com] questões e tendências emergentes, bem como novos atores que moldam o panorama do desenvolvimento.” (PNUD, 2013, prefácio).

No âmbito das Epistemologias do Sul, o giro decolonial promovido pela região da América Latina e o Caribe se alçou como uma *praxis* libertadora. Ela se aproveita de cosmovisões alternativas e plurais para reivindicar a autonomia subjetiva e a pluralidade de saberes e técnicas. Essa escola de pensamento político e social surge como uma crítica intelectual e política, o que entendemos como o potencial revolucionário oferecido pela região da ALC ao Sul global.

Por meio de teorias/pensamentos sociais propostos a partir de outro lugar (o Sul global), procura-se um saber engajado, atualizando a tradição crítica do pensamento latino-americano, oferecendo releituras históricas e problematizando as questões do continente. ‘Defende a “opção decolonial” epistêmica, teórica e política para compreender e atuar no mundo, marcado pela permanência da colonialidade global, nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva.’ (BALLESTRÍN, 2013, p. 89-90)

No entanto, a débil heterogeneidade e contra-hegemonia oferecidas pelos países do Sul global, as crises do capitalismo vivenciadas pelo centro do sistema-mundo moderno e capitalista⁶ e os interesses geoestratégicos nacionais colocam a CSS sob várias e sérias críticas. Portanto, os princípios pactuados na Conferência de Bandung (1955), quanto no Plano de Ação de Buenos Aires (PABA, 1978), reafirmados na Declaração de Nairobi (2009) e no Documento Final da Conferência dos 40 anos do PABA (2019)⁷ estão sob o risco de

⁶ Nos referimos aqui às características da crise do Antropoceno que ameaçam a vida humana na Terra. Nos sustentamos em Hui (2020) para quem o fim da globalização unilateral, que era marcada pela dominação ocidental-europeia, e o esgotamento do pensamento universal (único) evidencia uma ‘consciência infeliz’.

⁷ Para os princípios e marcos histórico-políticos da CSS, sugerimos consultar Morales (2018), que realiza um levantamento dos distintos marcos políticos e operativos; e Ayllón (2014), que apresenta sua evolução histórica.

serem desacreditados por uma Cooperação Sul-Sul que fabrica ‘mais do mesmo’ da cooperação tradicional⁸.

Nota-se, por exemplo, que a CSS segue sendo pensada e realizada pelas elites dos países do Sul, além de mediada por interesses econômicos e condicionalidade políticas internacionais. Esta desconsidera as distintas visões de mundo e as iniciativas dos(as) sujeitos(as) históricos pertencente às nações do Sul global e, muitas vezes, institui relações desequilibradas e que geram dependência (KABUNDA, 2011; CHIDAUSHE, 2010; ZHENG, 2016; SENNA, 2016; SANTOS e CAIXETA, 2018).

Conceber a CSS como oportunidade para de(s)colonizar as práticas do desenvolvimento, segundo Santos (2017, p. 272), implica em “rediscutir o papel dos países emergentes em busca de sua autonomia estratégica e o papel dos países pobres na busca de seus interesses nacionais e, mais que tudo, reconsiderar o modelo de desenvolvimento capitalista hegemônico. Além disso, impõe uma participação, real e efetiva, das sociedades desses países nesse processo”. Somente enquanto mecanismo de autonomia coletiva, conforme proposto por Escobar (2017), e quando inspirada em seus postulados fundacionais, a CSS pode ser um mecanismo que contribui com o giro decolonial (SURASKY, 2013) e promove outros modelos de desenvolvimento que reorienta para novas práticas, narrativas e atores (MUÑOZ, 2016).

Um novo imaginário social emancipatório deve ser capaz de produzir sociedades mais justas. Segundo Villoro (1998), poder e valor são igualmente importantes, pois a justiça deve ser um valor para a tomada do poder e um objetivo. Caso contrário, se o poder for perseguido como único objetivo, haverá dominação, violência e injustiça. O contrapoder, nesse sentido, será necessário, pois é concebido como poder do povo contra a dominação e exploração, em prol do bem comum.

Propomos, assim, como problema de pesquisa indagar sobre as formas de a CSS se beneficiar das experiências latino-americanas e caribenhas até então silenciadas, tanto teórica quanto socialmente. Em especial, no tocante às propostas em torno de um pós-desenvolvimento, como alternativa ao desenvolvimento, e da realização do princípio do comum. Lembramos que a América Latina e Caribe sempre reagiu ao modelo único de desenvolvimento hegemônico como região periférica no sistema-mundo⁹, seja enquanto países ou grupos sociais.

⁸ Caixeta (2021) analisa comparativamente as conferências internacionais e sugere que há uma evolução cronológica, mais do que cognitiva da CSS devido à perda do ideário Sul global na prática cooperativa.

⁹ Há um Grupo Permanente de Trabalho sobre Alternativas ao Desenvolvimento que renovam esses debates com

Nesse sentido, autores e atores da região vêm propondo novos conceitos, lemas políticos e categorias analítica para guiar a tomada de decisão. Nota-se, por exemplo, o quilombismo da população negra no Brasil, o *buen vivir* dos indígenas andinos, os projetos de vida de experimentos colombianos e o zapatismo dos indígenas de Chiapas, além de outros, que colocam em perspectiva as duas noções (pós-desenvolvimento e comum), justificando essa discussão.

Los pueblos indígenas y afrodescendientes han mantenido viva esta conciencia [para tejer de otro modo] [...] Para los grupos subalternos, vivir con el hecho de la dominación y perdurar en medio de ella conlleva necesariamente tanto resistencia como novedad y innovación. (ESCOBAR, 2017, p.35-41)

Para tanto, apresentamos essa discussão da seguinte forma. Na primeira parte, apresentamos o pós-desenvolvimento como marco potencial transformador para repensar o desenvolvimento como objetivo das políticas públicas e, conseqüentemente, da CSS; na segunda, tratamos do princípio político do comum como meio de orientação da prática e análise/avaliação da Cooperação Sul-Sul; na terceira, mapeamos algumas elaborações teóricas e lutas políticas existentes na região como forma de aterrar e ilustrar o que se propõe. Ao final, apresentamos contribuições para um marco analítico de forma a repensar a Cooperação Sul-Sul como mecanismo transformador da ordem mundial vigente.

O pós-desenvolvimento na Cooperação Sul-Sul

Aquilo que ficou conhecido como pós-desenvolvimento, nas últimas décadas, vem se adensando como campo de estudos. A partir da crítica ao desenvolvimento hegemônico enquanto discurso de poder, a perspectiva do pós-desenvolvimento pode ser compreendida como a necessidade de descentrar o desenvolvimento como característica das sociedades e países, questionar os discursos fundamentais para promoção do desenvolvimento - as ideias de crescimento, progresso e modernidade -, e ‘costurar um tecido’¹⁰ com iniciativas transformadoras de natureza alternativa, plural e autônoma. Svampa (2017) considera que as visões do pós-desenvolvimento são constituídas por uma diversidade de correntes com

Eduardo Gudynas, Maristella Svampa, Gustavo Esteva, Alberto Acosta y Edgardo Lander (ESCOBAR, 2017).

¹⁰ O ‘tecido’ tem sido muito mencionado neste campo do pós-desenvolvimento, fazendo alusão a uma construção coletiva, criativa e com base em sabedoria popular e comunitária. Tal é o livro de Miñoso, Correal e Muñoz (2014) intitulado *Tejiendo de otro modo: feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*.

ambições descolonizadoras, que se propõem a desmontar e desativar os dispositivos de poder, os mitos e os imaginários que estão na base do atual modelo de desenvolvimento.

A literatura mais recente, presente no livro ‘Pluriverso: dicionário do Pós-Desenvolvimento’, inscreve o pós-desenvolvimento no campo prático e epistêmico-político. Isso implica uma ampla compilação transcultural de conceitos concretos, visões de mundo e práticas de todo o globo, desafiando a ontologia moderna do universalismo em favor de uma multiplicidade de mundos possíveis (KOTHARI *et al.*, 2019). Longe de ser um receituário para a saída do desenvolvimento hegemônico, ou do que denominam desenvolvimento inadequado, seus autores valorizam a diversidade dos pontos de vista sobre bem-estar planetário e suas habilidades em protegê-lo, procuram conectar as atividades humanas aos ritmos e quadros da natureza e respeitar a materialidade interconectada de tudo o que vive. Assim, ele está constituído em saberes que precisam ser mantidos como bens comuns, não passível de ser privatizado ou produzido para consumo dos atores hegemônicos (KOTHARI *et al.*, 2019).

A potência da perspectiva do pós-desenvolvimento inspira novas alianças e práticas de Cooperação Sul-Sul. De forma a contribuir com processos emancipatórios que incorporassem e reconhecessem valores mais solidários e princípios mais comunitários, tratamos da cooperação entre os povos (e nações) como algo mais avançado em relação à cooperação entre países e governos. Conforme proposto por Escobar (2017), assistimos atualmente a uma transição civilizatória que traz três distintos modelos de cooperação, a saber: a assistência para o desenvolvimento, aquela da cooperação tradicional, em que se envolvem o Banco Mundial e as ONGs convencionais; a cooperação como/para a justiça social, eminentemente baseada na promoção e garantia de direitos humanos e sustentabilidade ambiental com forte protagonismo de distintos grupos da sociedade, como a OXFAM; e a cooperação para a autonomia ou cooperação solidária, ligada às propostas do pós-desenvolvimento para as quais binarismos como nós-outros, Norte-Sul, oferta-demanda, prestadores-beneficiários da cooperação dão lugar às alianças e redes coletivas de ação. Nesta última, as políticas públicas estariam mais no nível comunitário do que dos Estados-nação.

Nesse marco, espera-se que a CSS, com base nos ideários do Sul global, logre alcançar e constituir-se numa cooperação para a autonomia e solidária. Neste sentido, a partir de Escobar (2017) propomos a tabela 1 abaixo a fim de destacar para cada modelo de cooperação as referências para o desenvolvimento a ser promovido; a direção dos processos das iniciativas de intervenção; e as formas de relacionamento entre as partes que firmam acordos e o grau de reciprocidade entre eles (vertical/horizontal). Concebemos esses três

modelos de cooperação como um *continuum* com o objetivo de desafiar a cooperação dos países e povos do Sul global.

Tabela 1: A Cooperação Sul-Sul no pós-desenvolvimento

Modelos de cooperação	Referências	Direção	Relação
Assistência para o desenvolvimento	Modelos vindos de fora (países desenvolvidos)	Processos de cima para baixo: do Estado/OI/ONG para as sociedades	Acordos entre países e organismos internacionais (vertical)
Cooperação para a justiça social	Padrões globais de direitos humanos e sustentabilidade ambiental	Processos de baixo para cima: grupos da sociedade com apoio de intermediários	Acordo entre organizações/instituições internacionais e sociedade civil (parcialmente horizontal)
Cooperação solidária e autônoma	Projetos locais (pós-desenvolvimento)	Processos coletivos e autônomos: grupos da sociedade	Acordos entre grupos da sociedade civil (totalmente horizontal)

Fonte: Elaboração nossa a partir de Escobar (2017, 30-31)

A CSS reveste-se de potencial para a cooperação solidária, se considera seus princípios de solidariedade e horizontalidade. Assim, como mecanismo internacional à serviço do pós-desenvolvimento, ela se daria por meio de processos coletivos, entre grupos sociais autônomos, com base em realidades, conhecimentos e experiências plurais e inovadoras, contra formas de dominação e dependência. Surasky (2013) defende que a CSS pode ser instrumento decolonial. A partir do que representa a identidade Sul global, ela pode se transformar na possibilidade de subverter a civilização moderna-capitalista-colonial que se assenta nos fenômenos da globalização e do desenvolvimento. Hoje vemos que, como parte do discurso próprio da CSS, começam a emergir visões próprias do Sul sobre o que denominamos desenvolvimento que bem poderiam ser lidas como intentos de responder a essa convocatória.’ (SURASKY, 2013, p. 8).

Nesse sentido, ao recuperar aquilo que foi ocultado ou negado pela colonização nos permite repensar, desde uma perspectiva situada na periferia do sistema internacional e experiências com a marginalidade, essas concepções hegemônicas. Portanto, importa pensar a CSS a partir das concepções sobre o pós-desenvolvimento, ainda que de forma propedêutica, em que se reivindica para esse novo mecanismo cooperativo o resgate de experiências e saberes alternativos quanto ao bem-estar global, tanto introduzindo novos conhecimentos técnicos a serem intercambiados quanto novos atores participantes das atividades cooperativas.

Um ponto de partida para buscar aproximações entre a CSS e o pós-desenvolvimento seria pensá-los a partir da ligação entre suas duas faces, ou seja, considerar os princípios da

CSS ao mesmo tempo que as distintas lutas sociais e anseios por bem-estar presentes nos grupos sociais que habitam e se identificam com o Sul global.

Conquanto matizados por interesses de ganhos nacionais, os princípios da CSS expressam uma diretriz humanista da aliança dos países do Sul. Eles constituem uma linha de atuação política balizada pela solidariedade, reciprocidade e horizontalidade, fundamentando a prática de atuação dos países em diversas áreas seja no âmbito político, econômico ou social (SANTOS, 2017). Enquanto princípio, a solidariedade pensada desde Bandung e aqui articulada a partir de uma matriz pós-desenvolvimentista, reatualiza seu potencial de categoria política com força para articular e aglutinar práticas e teorias para uma CSS fundada em múltiplas racionalidades e que fortaleça a autonomia, os saberes locais e o sentido do comum.

O comum na Cooperação Sul-Sul

Sugerir uma discussão que proponha aliar a Cooperação Sul-Sul com a noção do comum significa pensar o pós-desenvolvimento nos países (nações) como um comum global. A Cooperação Sul-Sul como proposta reformadora do Sistema da Cooperação Internacional para o desenvolvimento (SCID) tem o objetivo de inovar as práticas cooperativas e, ao mesmo tempo, de propor intervenções efetivas na concretização do bem-estar humano. Isso quer dizer que há tanto um desafio de repensar os processos de cooperação quanto de introduzir novos saberes.

Contudo, no presente, em que se discute a CSS vinculada aos procedimentos (marco lógico dos projetos), institucionalidades (metas e objetivos da Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS), critérios avaliativos da cooperação tradicional – a Assistência Oficial para o Desenvolvimento (AOD) da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), parece faltar à CSS maior vínculo com seus propósitos iniciais. O compromisso com a identidade Sul global, marcadamente plural, requer novos referenciais para operacionalizar, analisar as práticas cooperativas e avaliar as iniciativas.

Assim, à luz do comum, concebe-se a CSS como mecanismo cooperativo para o resgate de experiências e saberes alternativos. Para tanto, a região da América Latina e Caribe não apenas possui significativa reflexão sobre a noção do comum, como também acumula experiências sociais, geralmente no seio das ditas sociedades tradicionais de povos autóctones e afrodescendentes (e suas diásporas) que resistiram para manter sua cultura e sua conexão com a terra (territorialização) e com princípios comunitários da vida coletiva.

Em oposição à ideia de hegemonia, para a qual o sentido do comum é imposto a partir de determinadas lógicas e estilos de vida, entende-se aqui o comum como uma noção a ser construída desde as comunidades. Assim, o comum ao agregar distintas sociedades em torno do que é comum a todas – a ideia de bem comum, patrimônio comum, problema comum, interesse comum, etc. -, paradoxalmente concebe o mundo plural ou pluriversal fundamentado nas decisões das várias comunidades que o integram¹¹.

Com base no pensamento latino-americano, conforme propõe Torres-Galarza (2018), é preciso avançar do ‘sentido comum’ para o ‘sentido do comum’. Em Gramsci, o sentido comum tem características históricas, ideológicas e políticas, pois há nesse comum elementos da experiência humana e sua capacidade para observar ou perceber sem intermediação a realidade. Por isso, o comum pode adquirir um sentido conservador ou emancipador na ordem mundial a depender da posição social de quem o define/usa e de como o define/usa. Na América Latina e Caribe, entretanto, com vistas a recuperar sua autonomia e autenticidade na ordem mundial, deve-se discutir o sentido do comum.

Para tanto, Torres-Galarza (2018) sugere a superação de uma cosmovisão global que naturaliza a dominação e neutraliza as possibilidades de ser livre para tornar potente as forças de criação de uma nova realidade, mais satisfatória para a humanidade no presente. Mais ainda, o autor defende que se deve romper com o comum imposto pelo capitalismo e que atribuiu o sentido da existência humana ao mercado e consumo como algo comum na globalização. Para gerar o sentido do comum num sentido comum, desta vez atribuído pelo ser latino-americano,

Falamos de um sentido comum dos comuns de consciência e vontade sobre o novo, não determinado somente pelo passado, mas atuando no presente com uma visão de futuro. Um sentido do comum que nos determina como comunidade, como cultura e como povos, com modos de vida e relações entre os seres humanos e a natureza. Um sentido do comum sobre o poder dos comuns [...] se trata de disputar a lógica do mercado desde a cultura e a comunidade, disputar o sentido do ter desde o ser (TORRES-GALARZA, 2018, p. 11 tradução nossa).

Tal proposta do autor é bastante convergente com o projeto político do comum de Dardot e Laval (2015). Numa genealogia bastante vasta, em termos temporais – mas não em termos espaciais já que não se considerou a literatura latino-americana sobre o tema -, os autores apresentam proposições políticas para instrumentalizar o comum na revolução do século XXI. O comum, para os autores, seria uma nova razão política em substituição à razão

¹¹ Por meio do princípio do pluriverso, a ideia de um mundo em que cabem vários mundos vem do lema zapatista que inspirou a ontologia política (o giro ontológico) no pensamento social latino-americano.

neoliberal, o que está bastante alinhado ao construtivismo teórico, à ecologia dos saberes e às epistemologias do Sul, sobretudo o giro decolonial que reivindica o reconhecimento da diferença colonial e a persistência da colonialidade entre os povos do Sul no sistema-mundo-moderno-capitalista¹².

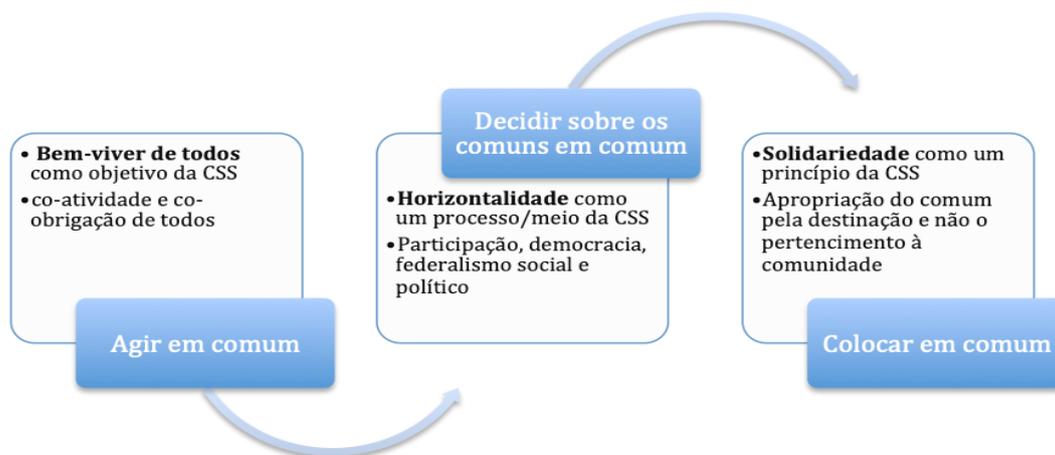
Para um projeto revolucionário centrado na noção do comum, Dardot e Laval (2015) sugerem seguintes proposições políticas: (1) o comum deve ser o fundamento e a orientação para a ação em prol do benefício geral; (2) como princípio político, ele deve guiar as atividades deliberativas do coletivo num espaço participativo e inclusivo; (3) congrega todos os grupos da sociedade em torno de uma obrigação política social em coatividade e co-obrigação, contra a ideia de pertencimento (nacional, ética, humana); (4) como parte de um processo para se alcançar um bem comum eleito pelo conjunto da sociedade – não é, portanto, um objeto, nem mesmo um fim, mais o meio; (5) como uma categoria social, se contrapõe à categoria jurídica e econômica que distinguem determinados bens pelas suas características ou propriedades intrínsecas, como em ‘bem comum’ ou ‘patrimônio comum da humanidade’ que possuem lógicas adversas ao interesse comum; (6) como prática coletiva de coletivizar, permite que as comunidades ulteriormente decidam o caráter comum das coisas, os saberes e as experiências práticas; (7) como forma prática de governar, institucionaliza bens e propósitos comuns dos coletivos populacionais de forma a fazerem-no viver e existir; (8) opera tanto na esfera social quanto na esfera da política pública, não é incompatível com os interesses privados e públicos, mas deve ser priorizado em relação a eles; (9) como princípio político prega a democracia dos comuns como espaço para tratar da coisa pública e trocas socioeconômicas, numa lógica federativa e de base sócio profissional e (10) como princípio social refunda as relações sociais a partir da premissa do inapropriável (daquilo que deve ser reservado ao uso comum) e definição da destinação social.

Poder-se-ia extrair da noção do comum, assim, ideias de recriar a realidade com autenticidade, enraizado na(s) comunidade(s) para as quais, das quais e com as quais se atribui sentido às ações coletivas. Sempre no sentido de baixo para cima, deve-se desenhar e decidir o escopo das iniciativas como maneira de fazer e conceber a política em contextos plurais. O comum, nesse sentido, viria problematizar a Cooperação Sul-Sul como mecanismo para a renovação do sistema da CID.

¹² A razão neoliberal e a nova razão política foram desenvolvidas pelos autores nos livros, respectivamente: ‘A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal’ (2016) e ‘Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI’ (2017) na editora brasileira Boitempo.

Com o intuito de colocar a CSS a prova desse marco conceitual-teórico, pergunta-se: De que forma a CSS pode servir à realização do comum em nível global? Como ela pode apoiar a construção de um sentido do comum nos vários contextos em que é praticada? Para possibilitar a instrumentalização do comum pela CSS, considerando também o marco do pós-desenvolvimento, propomos pensá-la a partir de 3 elementos constitutivos: seu objetivo (o bem-viver de todos), seu processo (a total horizontalidade na reciprocidade) e seu princípio (a solidariedade). A figura 1 abaixo esboça essa proposta.

Figura 1: CSS e a noção do comum



Fonte: Elaboração nossa

Em sintonia com o que sinalizaram Dardot e Laval (2015), indaga-se se, no contexto da globalização uniformizadora do universalismo europeu, ainda existem forças sociais, modelos alternativos, modos de organização social que nos permitiriam pensar em um cenário alternativo ao do capitalismo. Para guiar essa reflexão, apresentaremos algumas experiências sociais da região da América Latina e Caribe que apresentam tanto um caráter prático-político quanto acadêmico-conceitual.

Experiências solidárias latino-americanas: práticas e teóricas

As noções de comum e de pós-desenvolvimento construídas a partir do contexto latino-americano mobilizam tanto casos práticos quanto teóricos. Cabe ressaltar que elas não devem estar restritas somente aos grupos rurais, indígenas ou negros aqui descritos, mas

ampliadas para toda e qualquer iniciativa que busca o bem-viver social a partir da sua condição/situação periférica e marginal¹³.

Apoiando-nos em Escobar (2017), defendemos o protagonismo daqueles que, sem um mandato ancestral de convívio como comunidade, como é o caso dos povos nativos-indígenas e quilombolas, vivem deslocalizados em mundos liberais e modernos que os excluem e marginalizam, como os migrantes, internos e externos, que habitam a periferia das grandes cidades. Estes grupos da sociedade¹⁴ pertencem à era da desconexão e reivindicam a recomunalização e reterritorialização. Assim, acreditamos que a autenticidade e criatividade podem ser resgatadas para sonhar e imaginar novos territórios de existência, novas formas de ser e viver em prol de um mundo alternativo.

Quilombismo

Baseado na vivência cultural, no tempo histórico e na práxis da coletividade negra, o Quilombismo proposto por Abdias Nascimento, questiona as bases do modelo de desenvolvimento brasileiro e seus dispositivos raciais que exclui negras e negros dos benefícios do desenvolvimento, elabora uma proposta teórico-prática de transformação político, social e econômica e articula uma lógica do comunal inspirada nos quilombos¹⁵. A ele se deve a percepção e registro inicial do quilombismo como um ‘conceito emergente do processo histórico-cultural da população afro-brasileira’ (SANTOS e SANTOS, 2020).

A finalidade básica do Quilombismo é promover a felicidade do ser humano, baseada em uma sociedade livre, justa, igualitária e soberana, por meio da implantação de uma economia de base comunitário-cooperativista, do uso coletivo da terra e dos bens de produção, convivência harmoniosa com a natureza e equilibrada com todas as formas de existência (NASCIMENTO, 1980). Por meio de um manifesto, Nascimento estabelece princípios e propósitos que norteiam o Quilombismo como, por exemplo, uma economia de base comunitário-cooperativista com divisão dos resultados do trabalho coletivo, e com a terra e as fábricas consideradas propriedade nacional de uso e gerenciamento coletivo; e, no

¹³ Periférica, a partir da periferia do sistema-mundo, ou seja, muito coincidente com a identidade Sul global (CAIXETA e MENEZES, 2022), e marginal, por ser forjada na experiência da marginalidade, que resulta da desigualdade e exclusão social (SVAMPA, 2016).

¹⁴ Nota-se que ao tratar de comunidade, nos aproximamos da cooperação solidária e autônoma no *continuum* anteriormente apresentado, enquanto ao tratar de sociedade, fazemos referência à cooperação entre Estados. Essa distinção é tão relevante quanto àquela que reivindica que o que conhecemos hoje por relações internacionais, na verdade, são relações interestatais, já que prescinde da figura do Estado. Sobre isso, sugerimos Friggeri (2021) que propõe dez teses para uma teoria das relações transestatais.

¹⁵ A palavra “quilombo” originalmente se refere a um local onde se abrigavam negros e negras escravizados fugidos, ainda no período da escravidão. Mas desde a década de 1920 essa palavra vem ganhando novos significados por meio do pensamento de Astrogildo Pereira, Edson Carneiro, Clovis Moura e Maria Beatriz Nascimento, onde o termo “quilombo” passa a ganhar um significado político de resistência.

campo ecológico, uma existência humana concebida de maneira relacional e harmoniosa com a natureza em todas as suas manifestações.

Com a reivindicação de um saber e uma experiência histórica e culturalmente referenciada nos quilombos, Nascimento também nos dá a senha para pensarmos novas formas de vida e organização social a partir de uma chave ancestral. Para ele, ‘o resgate da nossa memória significa resgatarmos a nós mesmos do esquecimento, do nada, da negação, e reafirmarmos a nossa presença na história pan-africana e na realidade universal dos seres humanos’ (Nascimento 2019, 309). Portanto, o Quilombismo nasce do esforço de registro de conceitos e experiências da população negra brasileira, remontando ao período escravagista e colonial, com sua história de lutas, resistências, reinvenção e experiências de autonomia.

Ancorado na ideia do comunal constitutiva dos quilombos, como plataforma política reconhece que é preciso pensar a construção de alternativas ao desenvolvimento fundadas em um modelo antirracista, anticapitalista, antisexistista, antineocolonial, anti-imperialista e antilatifundiário. O Quilombismo prefigura ainda uma visão de sociedade, mais do que prescreve um modelo a ser seguido. Conquanto seja inspirado na forma de organização do que foi o Quilombo dos Palmares no Brasil não se trata nem de um retorno a um passado que já não existe - embora esse passado seja essencial para a construção dessa proposta -, nem de uma visão essencialista da vida social nos Quilombos.

Os quilombos contemporâneos têm seus contornos marcados pela heterogeneidade, fruto dos processos de resistências históricos. Assim, enquanto um princípio político, eles seriam mais um contributo para pensar novas formas de organização social, do respeito à diferença, do bem-estar e da felicidade, como alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento. Enquanto perspectiva descolonizadora, em linha com as ideias do pós-desenvolvimento, eles apresentam novos horizontes de possibilidade civilizacional, assentados em uma vida comunal e relacional com a natureza e a ancestralidade.

Bem Viver

O conceito de Bem Viver, conquanto exista desde sempre nas organizações sociais dos povos originários das Américas, ganhou centralidade política e acadêmica na década de 1990, por meio de movimentos alternomundistas que propunham um outro mundo possível, no bojo das críticas da falência da ideia de progresso embutida no modelo de desenvolvimento hegemônico capitalista e da crise ambiental com a mercantilização das múltiplas esferas da natureza.

Existem pelo menos três abordagens sobre o Bem Viver. Um uso genérico associado a fins propagandísticos; outro focado em alternativas ao desenvolvimento, ainda no campo da

modernidade e muitas vezes assentados nas reivindicações de tradições de esquerda; e finalmente, em sentido substantivo, como uma crítica ao desenvolvimento elaborando alternativas que são ao mesmo tempo pós-capitalistas e pós-socialistas, localizando-se para além da matriz da modernidade (GUDYNAS, 2014, p.136).

As expressões mais conhecidas do Bem Viver se referem às propostas dos povos originários do Equador e da Bolívia, respectivamente, *sumak kawsay* em kichwa e *suma qamaña* em aymara. se transformou em referências normativas. A partir disso, ele foi incorporado em discursos estatais e passou a orientar planos nacionais de desenvolvimento. Passado o primeiro momento de euforia, a sua real implementação nesses países passou a ser questionada como um diversionismo para a consecução do velho modelo desenvolvimentista e o próprio paradigma do Bem Viver teria entrado em crise perdendo credibilidade social. Além disso, alguns acadêmicos o consideram essencialista, sem aplicabilidade prática e restrito a uma ideia filosófica (SÓLON, 2019, p.22).

Nele se entrelaçam múltiplas ontologias e diversos bem viveres que adotam distintas formulações em cada circunstância social e ambiental em que se encontra. Trata-se de uma plataforma comum constituída a partir da prática de uma interculturalidade que mira para o futuro para construir alternativas ao desenvolvimento (GUDYNAS, 2011). O Bem Viver lança o desafio de conviver com a multipolaridade e de aprender a se inter-relacionar, preocupando-se mais com o bem-ser (a essência da pessoa) do que com o bem-estar (a condição da pessoa) (SÓLON, 2019).

Análises recentes seguem apostando nessa proposta como uma plataforma possível de construção de mudanças. A essência do Bem Viver subsiste e pode reorientar imaginários de práticas alternativas sistêmicas ao redor do mundo, como um modelo de desenvolvimento vigente (ACOSTA, 2014; GUDYNAS, 2014; SANTOS e CAIXETA, 2018; SANTOS, 2018; SÓLON, 2019). Trata-se não de um projeto político-cultural puramente andino, porquanto está influenciado por correntes críticas do pensamento ocidental e pretende incidir nos debates globais sobre o desenvolvimento. As discussões sobre a forma que ele poderia ter em contextos urbanos modernos e em outras partes do mundo, como inclusive a Europa, estão avançando gradualmente (ESCOBAR, 2017).

Com potencial para reorientar formas alternativas sistêmicas no campo do pós-desenvolvimento, há uma ética de superação do estatismo, valorização do local e do comunitário, proteção da natureza, reconhecimento e respeito à interculturalidade e pluralidade, intento de despatriarcalização com a ideia de Pachamama e de garantir a democracia real (SÓLON, 2019).

Projetos de vida

Os projetos de vida foram pensados a partir do giro ontológico, como marco teórico da região. Observa-se, nele, a valorização do pluriverso e da relacionalidade existentes entre os seres vivos e não-vivos (o interser). Trata-se de uma metodologia latino-americana para o desenho de transição com vistas à realização de distintos anseios e planos de vida.

Valorizam-se, em vez da produção de conhecimento (epistemologia) e de determinado conhecimento conectada a uma sociedade particular (episteme), as ideias dos diferentes grupos sociais sobre os tipos de entidades que tomam como existentes 'no mundo real'. Assim, defende o direito ao território e sua ênfase está nos mundos e formas de se construir esse mundo, tanto nas práticas de poder presentes nesse processo criativo coletivo quanto nos estudos sobre as inter-relações no mundo, incluindo os conflitos entre diferentes cosmovisões.

A iniciativa Rede Projetos de Vida¹⁶, proposta por Marcos Blaser, reúne uma variedade de experiências nas Américas que buscam promover práticas em prol da 'boa vida', proveniente de diversos lugares, trajetórias históricas e concepções sobre a realidade. Criada para se contrapor aos projetos de desenvolvimento nacionais (de orientações políticas de direita ou de esquerda), ela visa promover o intercâmbio entre distintas iniciativas e evidencia que a boa vida é possível além da visão desenvolvimentista vigente.

O exercício prático em que se envolveu o intelectual colombiano Arturo Escobar e sua equipe no vale do rio Cauca na Colômbia, é parte dessa iniciativa. Trata-se de uma resposta ao esgotamento do modelo de desenvolvimento vigente desde 1950. O complexo agroindustrial baseado em grandes investimentos com participação do Banco Mundial cujo modelo vinha dos Estados Unidos (Tennessee Valley Authority) para plantações de cana-de-açúcar e de pecuária, a Corporação Autônoma Regional do Cauca (CVC) provocou grande devastação ecológica, deslocamento massivo de camponeses e comunidades afrodescendentes para a periferia de Cali¹⁷.

Este exercício se dedicou a re-imaginar a região como bastião da produção agroecológica de frutas orgânicas, verduras, grão e plantas exóticas, num formato multicultural de produtores agrícolas pequenos e médios por meio de uma rede descentralizada funcional de povos e cidades. Um projeto de vida desenvolvido para a

¹⁶ Informações sobre esta iniciativa estão disponíveis em: <http://www.lifeprovida.net/lifeprovida/index.php?lang=en>

¹⁷ O autor explica que a população negra de Cali é a segunda maior da América Latina urbana, após Salvador na Bahia-Brasil, cuja população é mais de 50% negra. Assim, o projeto tratou de promover a autonomia das comunidades afrodescendentes da região, sobretudo os ativistas do Processo de Comunidades Negras (PCN).

população residente, numa reconfiguração social e territorial de grandes proporções, que contou com o envolvimento de distintos grupos sociais.

Assim, mais do que pensar e propor modelos de projetos de desenvolvimento, Escobar (2017) conclui, com base nessa experiência, que criar projetos (desenhar) de transição significa coordenar interesses plurais. Há, portanto, duas tarefas cruciais: reunir uma equipe de 'co-desenho' e criar um espaço de desenho onde avancem os trabalhos de desenho colaborativo. Numa espécie de laboratórios, esses espaços realizaram a construção de visão de mundo e esboçam o que se espera projetar na realidade. Esses projetos se dão por meio de conversas organizadas para a ação coordenada em sub-regiões – como aquela da cidade do vale (Cali).

Os projetos de vida, como possibilidade de imaginação real, evoluem a partir tanto da contínua geração de contextos, capazes de alimentar a ideia de uma transição, quanto de projetos concretos destinados a desenvolver determinados aspectos do desenho para a inovação social. Para guiar tal intento, Escobar (2017) propõe alguns objetivos e atividades em forma de uma declaração político-ontológica em prol do pluriverso, um marco que considera outros paradigmas de desenvolvimento e a sustentabilidade da vida.

Zapatismo

Uma das características mais conhecidas e importantes legadas pelo zapatismo como movimento social é a autonomia, um conceito-chave da prática política ontológica. Como movimento étnico-territorial, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) deu início a um processo de constituição de uma das mais importantes experiências de autonomia indígena da contemporaneidade. “Nenhum outro movimento insurgente suscitaria tanta solidariedade continental e global, nem teria tanto impacto sobre a subjetividade contestatária emergente.” (SVAMPA, 2016, p. 332)¹⁸. De acordo com Escobar (2014), a autonomia se refere à criação das condições que permitem mudar as normas de um mundo desde dentro ('mudar as tradições tradicionalmente') e não com base no conhecimento e intermediação de especialistas externos.

Neste sentido, os zapatistas e sua experiência de autogoverno, de negação da 'política (nacional) que vem de cima' e de tomadas de decisão coletiva, o 'andar perguntando', mostram como a autonomia na prática política implica na condição de 'ser comunal'. Na Sexta Declaração de Selva Lacandona, de 2005¹⁹, o EZLN estabelece “este modo de governo

¹⁸ Segundo Svampa (2016), o legado da luta indigenista na América Latina vai além da defesa dos direitos dos povos originários, ele inclui o debate sobre a problemática da autonomia, a aposta na criação do Estado plurinacional e as disputas em torno do direito de consulta prévia para as decisões governamentais.

¹⁹ Também disponível em <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2005/06/30/sexta-declaracion-de-la-selva->

autônomo [...] vem de vários séculos de resistência indígena e da própria experiência zapatista, e é como o autogoverno das comunidades” (ESCOBAR, 2014, p. 129)

Outra contribuição zapatista é o princípio político do 'mandar obedecendo'. Em vez de procurar tomar o poder, busca-se construir uma prática política diferente com vistas à organização da sociedade. Diferente da concepção de política como uma atividade especializada, o 'mandar obedecendo' determina a relação bidirecional entre a autoridade e o comando. Nela, a relação entre autonomia e poder assume características horizontais, já que as vontades populares são discutidas por meio das assembleias, e verticais, que pressupõe um comando dado pelas autoridades que pressupõe a obediência de todos (RESENDE e CASTILHO, 2018)²⁰.

Num ato de resistência global ao modelo neoliberal, que tem atraído muito interesse²¹ mundialmente, a luta zapatista possui antecedentes, estratégias e dimensões transnacionais ao defender a localização ou ‘lugarização’ da política. Conforme Baschet (2022), há a economia desmonetizada, uma agroecologia e novas relações de gênero ‘sinais do mundo novo’.

Neste sentido, nota-se desde o Quilombismo, o Bem-Viver, os Projetos de Vida e o Zapatismo muitas convergências em termos das categorias que eles mobilizam para propor alternativas políticas ao modelo de desenvolvimento e da organização política para a cooperação. A tabela 2 abaixo reúne as quatro propostas mencionadas, suas ideias e as categorias de interesse para posteriormente enquadrá-las no marco analítico proposto.

Tabela 2: Categorias analíticas propostas no contexto latino-americano

	Tipo de iniciativa	Objetivo	Ideias e categorias
Quilombismo	Proposta teórico-prática inspirada no Quilombo de Palmares no Brasil	Felicidade do ser humano; sociedade livre, justa, igualitária e soberana; convivência harmoniosa com natureza e outras formas de existência	Economia de base comunitária-cooperativa; uso coletivo da terra e dos bens de produção; ancestralidade; Comunal
Bem-Viver	Cosmovisão/filosofia de vida dos povos andinos (quechuas e aymaras); de um projeto político-cultural andino a uma proposta para debates	Busca do equilíbrio e harmonia entre seres humanos e a Pachamama, entre as dimensões material e espiritual; democracia real	Interculturalidade; alternativa ao desenvolvimento; interrelação entre eu-comunidade-natureza; diferença que complementa (não exclui); espaço-tempo

[lacandona/](#).

²⁰ Para melhor compreender a trajetória do movimento zapatista, sugerimos a leitura das autoras.

²¹ Segundo nos conta Svampa (2016, p. 336), após 20 anos de insurgência, o zapatismo abriu os caracóis ao mundo por meio da iniciativa "escuelita de la libertad" às que pessoas provenientes dos cinco continentes realizam uma estadia comunitária com vistas a mostrar de dentro a experiência zapatista quanto à convivência cotidiana e ao trabalho coletivo.

	globais		cíclicos (não linear)
Projetos de vida	Proposta teórico-prática a partir do caso dos povos afrodescendentes no vale do rio Cauca/Colômbia	Desenhos para a transição civilizacional; ontologia política	direito ao território; interser (relacionalidade entre seres-vivos e não-vivos); pluriverso; criatividade coletiva (comunal); reimaginar a realidade
Zapatismo	Movimento étnico-territorial de certos povos indígenas no sul do México (Chiapas); projeto político alternativo transnacional	Autogoverno das comunidades e autonomia dos povos; defesa do direito à terra das comunidades indígenas	Autonomia; direito a terra; política do 'andar perguntando' e 'mandar obedecendo'; coletivos de ação (assembleias); localização/lugarização da política

Fonte: Elaboração nossa

Pode-se dizer que todas as iniciativas aqui mencionadas, de natureza político-teórica, apesar de terem sido desenvolvidas sob inspiração de práticas culturais bastante específicas, adquirem importância regional e global dado suas lutas antissistêmicas. Elas colaboram para descolar os debates acadêmicos sobre o pós-desenvolvimento e o comum para servirem de orientação a mecanismos políticos como a CSS, contribuindo para torná-la uma prática contra-hegemônica²². Em sintonia com o que propõe Escobar (2014; 2017), podemos repensar a CSS como um desenho ontológico de transição para uma nova fase civilizatória.

Propostas de um marco analítico para a Cooperação Sul-Sul

Os povos que habitam o espaço geopolítico que hoje conhecemos como América Latina e Caribe, desde as invasões coloniais até os dias de hoje, desenham e praticam formas de existência baseadas em estruturas epistemológicas e ontológicas ancestrais. Elas foram ancoradas nos sentidos da relacionalidade, espírito comunitário, solidariedade, harmonia com a natureza e pluriversidade.

Ainda que essas formas tenham sido menosprezadas e tachadas como atrasadas, tradicionais e essencialistas por teóricos e praticantes do desenvolvimento moderno, elas são precursoras da crítica feita hodiernamente pelos únicos beneficiários da modernidade. Eles denunciam a falência do seu modelo de desenvolvimento hegemônico e apontam a imperatividade de um novo parâmetro civilizatório baseado no comum diante das

²² De acordo com a teoria crítica, a contra-hegemonia é aquela apresentada pela coalizão do Terceiro Mundo contra a dominação dos poderes centrais com vistas ao desenvolvimento autônomo dos países periféricos e o fim da relação centro-periferia (COX, 1981; MUÑOZ, 2016). Para a discussão da contra-hegemonia na CSS sugerimos Caixeta e Morasso (2021).

problemáticas globais - a ameaça dos fenômenos das mudanças climáticas, as queimadas de vastas proporções de vegetação nativa, os furacões e a atual pandemia do COVID-19.

Como marco analítico e avaliativo para a CSS, sugerimos uma agenda de pesquisa que esteja baseada nas noções de pós-desenvolvimento e comum. Tomando por base que ambas a análise, de cunho mais acadêmico, e a avaliação, mais prático-gerencial, devem estar orientadas ao aprendizado e à ação, à reificação. Conforme Dussel (2018) explica, uma civilização universal evoluiu a partir de uma cooperação sobre técnicas e instrumentos, respeitando a diversidade cultural dos povos. Para torna-la um mecanismo de transformação da ordem mundial, é preciso repensar os princípios, processos e objetivos desse tipo de cooperação, que são três componentes que correspondem a distintas categorias e conceitos, muitos dos quais foram inspirados em cosmologias latino-americanas.

Para o princípio da CSS, considera-se o momento em que se identifica a solidariedade na prática cooperativa. Assim, as iniciativas devem conseguir (1) socializar o conhecimento (técnicas e experiências) entre países e grupos sociais; (2) avançar de uma autonomia orientada à ‘apropriação-posse’ dos povos e países para uma ‘apropriação-destino’ das comunidades; (3) colocar em comum o objeto da cooperação em benefício de todos os sujeitos e coletivos, agentes do contexto espaço-temporal em que a cooperação se concretiza. Para tal, é preciso levar em consideração a ancestralidade, a ideia do ‘interser’ que é a relação dos seres vivos com os seres não-viventes (harmonia/equilíbrio) e à filosofia do pluriverso, que é o caminho distinto do universalismo europeu e do pensamento hegemônico.

Para o processo ou meio de realização da CSS, busca-se observar a horizontalidade que se manifesta nas relações entre os atores durante a execução das atividades de cooperação, notadamente a cooperação técnica. Por isso, as iniciativas estariam orientadas por (1) políticas públicas que promovam o comum, respeitando a autonomia dos sujeitos e soberania dos países, e que conectem os níveis local e global das ações sociais; (2) práticas democráticas durante a gestão do projeto de cooperação, incluindo a avaliação e o monitoramento; e (3) um federalismo político e social que permita governos descentralizados do bem público em prol o interesse comum local, ou seja, que decida em comum sobre os comuns. As categorias mobilizadas seriam autonomia, as práticas comunitárias, o autogoverno, a interculturalidade e a outridade ou alteridade, por meio dos quais a diferença colonial não promova a desigualdade, mas a diversidade e a pluralidade.

Para o objetivo da CSS, o que está em foco é a concretização do bem-viver social coletivo globalmente, com base na concepção do ser humano parte do ecossistema terrestre. Portanto, as iniciativas devem estar orientadas à (1) construção de um senso de co-atividade e

coobrigação entre os sujeitos e suas comunidades ou compatriotas, guiados pela consciência sobre o direito de todos seus membros à satisfação própria; (2) à convergência entre as agendas de políticas públicas e os padrões de direitos humanos interculturais alcançado, valorizando o local como campo mais importante da ação, onde estão as necessidades subjetivas, os imaginários populares e as demandas sociais; (3) à instituição de um bem-viver para todos, entendido como um comum global. Para tanto, seria preciso recorrer às elaborações sobre um pós-desenvolvimento, à definição e conscientização sobre o comum, aos registros das transformações da ordem mundial, à transição rumo a outros paradigmas (discursos em transição, conforme sinaliza Escobar, 2017) e o direito e a reconfiguração dos territórios em função do uso coletivo.

Considerações finais

Nosso intuito foi de relacionar as elaborações teórico-conceituais e experiência sociais latino-americanas à Cooperação Sul-Sul (CSS), concebendo-a como mecanismo para resgatar as relações horizontais entre países e grupos sociais de forma que sejam orientadas por uma lógica solidária e esteja a serviço do nosso desejo de promover um mundo mais justo e sustentável. Assim, entendemos a CSS como oportunidade política, mais do que um instrumento da política internacional, pois nos permite inovar e sugerir uma prática cooperativa alternativa, contra-hegemônica e heterodoxa no contexto global atual.

Destarte, essa discussão se baseia nas noções de pós-desenvolvimento e de comum, que estão presentes no cotidiano das comunidades afrodescendentes, indígenas, camponesas e grupos sociais excluídos que vivem à margem dos modelos de desenvolvimento e parecem estar ignoradas no pacto social que cria o Estado nacional. Dessa exterioridade do sistema-mundo é que é possível repensar as instituições sociais e suas lógicas. Assumimos, para tanto, que nossa região não só apresenta importantes contribuições em termos teórico-epistemológicos, mas também experiências a partir das quais podemos reestruturar os paradigmas e o mundo em que vivemos. Em termos ontológicos, a escolha pela atuação da cooperação no Sul, do Sul e para o Sul global almeja introduzir essa crítica possível pela adoção de uma outra perspectiva. E, com isso, fazer com que as narrativas acadêmicas influenciem a tomada de decisão dos atores deste cenário, não apenas os representantes dos Estados quando apresentam seus planos de governo e elaboram as políticas públicas, mas ainda, e sobretudo, as pessoas envolvidas no cotidiano da cooperação, notadamente da cooperação técnica - os servidores públicos, os membros de organizações da sociedade civil e

de organizações internacionais, bem como os consultores que, por vezes, avaliam as iniciativas da Cooperação Sul-Sul.

A partir do pós-desenvolvimento, lançamos como propósito da cooperação a autonomia dos povos e sujeitos. Com referência no ideal de ‘projetos vida locais’, numa ontologia política, as práticas cooperativas deveriam ser capazes de materializar processos que são instituídos no sentido de baixo para cima, que se fundamentam no sentimento comunitário e, por isso, posteriormente superem as divisões entre Sul e Norte, nós e os outros/eles, conforme sugere Escobar (2017) para o terceiro e último estágio da cooperação internacional, a cooperação para a autonomia ou cooperação solidária. A partir do comum, sob inspiração de Dardot e Laval (2015) em suas propostas políticas para a revolução do século XXI, sugerimos analisar a Cooperação Sul-Sul por meio de três principais componentes: a solidariedade, entendida como o princípio que deve orientar a prática da cooperação - o ato de "colocar em comum"; a horizontalidade, a forma que permite que todos os interessados participem do projeto com o mesmo nível de poder – o ato de "decidir sobre os bens comuns em comum"; e o bem-estar coletivo ou o bem-viver, o fim a ser alcançado pela prática cooperativa – o ato "agir em comum".

Por meio de algumas experiências sociais, pudemos problematizar a CSS e oferecer algumas categorias-chave. O Quilombismo, o *Buen Vivir*, os Projetos de Vida e o Zapatismo nos possibilita resgatar importantes valores e modos de vida e sonhar um sonho possível. Nesse sentido, algumas noções e conceitos foram selecionados para esse marco analítico alternativo que propomos para a CSS, a saber: (1) para princípios, ancestralidade, interser ou harmonia entre seres vivos e não vivos e o pluriverso; (2) para processos, autonomia, interculturalidade e alteridade/alteridade; e (3) para o objetivo, as alternativas ao desenvolvimento (mais que o desenvolvimento alternativo), o comunal, os discursos em transição, a territorialidade.

Com isso, essa discussão avança para além do campo político das Relações Internacionais para incorporar ideias das ciências sociais latino-americanas após o giro decolonial. Isso nos permite avançar além do entendimento de que a CSS existe em função da agenda global de desenvolvimento (atualmente a Agenda 2030) para possibilitar e permitir a construção de alianças e parcerias entre povos e países em função da tomada de consciência do Sul global. Como contribuição do Sul, ou melhor dos 'Suis', as teorias e práticas para uma cooperação emancipatória, representativa da diversidade humana e idealizadora da dignidade dos seres vivos e não vivos que integram o ecossistema terrestre devem partir da diferença colonial, que é essa posição exterior ao sistema-mundo e a condição trazida pela experiência

da colonialidade. Assim, a CSS se faz como instrumento para o diálogo sobre os bens comuns globais a partir de vários bens comuns particulares.

Referências bibliográficas

ACOSTA, A. El Buen Vivir, una alternativa al desarrollo. In: Quintero, P. (Comp.). *Crisis Civilizatória, Desarrollo y Buen Vivir*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2014.

AYLLÓN, B.P. Evolução histórica da cooperação Sul-Sul (CSS). In: Souza, A.M. (org.) *Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento*. Brasília, IPEA, 2014, pp. 57-88.

BASCHET, J. O legado do zapatismo, 28 anos após o levante. Outras Palavras: pós-capitalismo. Publicado em 16/02/2022. Disponível em: <https://outraspalavras.net/pos-capitalismo/o-zapatismo-e-seu-legado-28-anos-apos-o-levante/> Acesso em março de 2022.

CAIXETA, M.B. *Cooperação Sul-Sul como Nova Tendência da Cooperação Internacional: o discurso e a prática da cooperação técnica do Brasil com São Tomé e Príncipe para o combate à tuberculose*. [Dissertação de Mestrado] Universidade de Brasília - Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Brasília, 2014, 197p.

_____. A Cooperação Sul-Sul: novos referenciais teóricos nas Relações Internacionais como contribuição das Epistemologias do Sul. *Conjuntura Austral*, n.6., vol. 32, 2015, pp. 4-18.

_____. *Cooperação (Técnica) Sul-Sul e o giro decolonial: a estruturação nas experiências do Brasil e da Argentina no século XXI*. [Tese de Doutorado] Universidade de Brasília – Departamento de Estudos Latino-americanos, Brasília, 2021, 321 p.

_____; MENEZES, R.G. Desafios atuais para a Cooperação Sul-Sul: as desigualdades e o Sul global. *Revista Monções*, Dourados-MS, vol.10, n. 20, jul./dez. 2021, pp. 486-518.

_____; MORASSO, C.M. Potencialidades e limites da Cooperação Sul-Sul no plano contrahegemônico: O caso da agricultura familiar na Argentina e no Brasil. *Revista OIKOS*, Rio de Janeiro, Vol. 20, n. 2, 2021 pp. 163-183.

CHIDAUSHE, M. *¿Cooperación Sur-Ssur o hegemonía del sur?* El papel de sur África como “superpotencia” y donante en África. In: Reality of Aid. Reporte Especial sobre Cooperación Sur-Sur 2010 Cooperación Sur-Sur: Un Desafío al Sistema de la Ayuda Medellín, ALOP marzo de 2010.

COX, R.W. Social forces, States and World Orders: beyond International Relations Theory. *Millenium Journal of International Studies*, vol. 10 n. 2, 1981.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *Commun: essai sur la révolution au XXIe. Siècle*. Paris: Éditions La Découverte, 2015.

ESCOBAR, A. *Autonomía y diseño: La realización de lo comunal*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2017.

_____. *Sentipensar con la tierra: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia*. Medellín: Universidad Autónoma Latinoamericana UNAULA, 2014.

FRIGGERI, P.F. Diez tesis para una teoría de las Relaciones Transestatales. *Relaciones Internacionales*, n. 48, pp. 31-50.

GUDYNAS, E. *Bien Vivir: germinando alternativas al desarrollo - América Latina em Movimento*. ALAI. (462). Fevereiro, 2011, pp. 1-20.

HUI, Y. *Tecnodiversidade*. São Paulo: Ubu editora, 2020.

_____. El malestarno moderno com el Buen Vivir. In: Quintero, P. (Comp.). *Crisis Civilizatória, Desarrollo y Buen Vivir*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2014.

KABUNDA, M. (Coord.). *África y la cooperación con el Sur desde el Sur*. Madri, Los libros de la Catarata/Casa África, 2011.

KOTHARI, A.; SALLEH, A.; ESCOBAR, A.; DEMARIA, F.; ACOSTA, A. (Orgs.). *Pluriverse A pos-development dictionary*. India: Tulika Books, 2019.

MIÑOSO, Y.E.; CORREAL, D.G.; MUÑOZ, K.O. (eds.). *Tejiendo de otro modo: Feminismo, Epistemología y Apuestas Descoloniales em Abya Yala*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014.

MUÑOZ, E.E. Una visión crítica de la Cooperación Sur-Sur: prácticas, actores y narrativas. In: LIMA, M.R.S; MILANI, C.R.S. e MUÑOZ, E.E. (eds.) *Cooperación Sur-Sur, Política Exterior y modelos de desarrollo em América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, p.229-256.

NASCIMENTO, A. *O Quilombismo: Documentos de uma militância pan-africanista*. Petropolis, Editora Vozes, 1980.

_____. *O Quilombismo: Documentos de uma militância pan-africanista*. 3. edição revisada São Paulo: Editora Perspectiva & Rio de Janeiro: Ipeafro, 2014.

ONU – Relatório de Desenvolvimento Humano *Progresso Humano num Mundo Diversificado* 2013. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2013/03/14/a-ascens-o-do-sul-altera-o-equil-brio-de-poderes-no-mundo-segundo-o-rdh-2013.html>

RESENDE, A.C.Z. de; CASTILHO, M. Educação Rebelde e Construção Coletiva de Autonomia nas Escolas Zapatistas. *Abya Yala – Revista sobre acesso à justiça e direitos nas Américas* (2) v.2, pp. 353-371

SANTOS, M. do C. R. *A cooperação Sul – Sul (CSS) para a reorientação dos imaginários e práticas do desenvolvimento: os caminhos da cooperação entre Guiné Bissau e Brasil*. [Tese de Doutorado]. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares da Universidade de Brasília, 2017.

SANTOS, M. do C. R. dos. O Constitucionalismo Pluralista do Bem Viver: a reação latino-americana ao paradoxo do desenvolvimento. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, vol. 12, n. 1, 2018. Pp. 125-153.

_____; CAIXETA, M. B. Geopolítica na América Latina e Caribe: cooperação Sul-Sul e o pós-desenvolvimento. In: Pinto, S. R. & Igreja, R. L. *Pensando as Américas desde o Caribe*. Curitiba: CRV, 2018.

_____; SANTOS, R. Intelectuais Negras(os) e Epistemicídio. In: TUGNY, R. P. de; GONÇALVES, G. (Org.). *Universidade Popular e Encontro dos Saberes*. Salvador: EDUFBA, 2020.

SOLÓN, P. *Alternativas sistêmicas: Bem Viver, Decrescimento, Comuns, Ecofeminismo, Direitos da Mãe Terra e Desglobalização*. São Paulo: Elefante, 2019.

SURASKY, J. Una mirada a la actual cooperación Sur-Sur que ofrece Argentina. In: AYLLÓN, B. P.; OJEDA, T. M. (eds). *La cooperación Sur-Sur y triangular en América Latina: políticas afirmativas y prácticas transformadoras*. Madrid: Ed. Catarata & UCM, 2013, pp. 40-63.

SVAMPA, M. The Latin American Critique of Development. In: KOTARI, A. et al. (Orgs.). *Pluriverse A pos-development dictionary*. India: Tulika Books, 2019.

_____. *Pensar el desarrollo desde America Latina*. Disponível em: <<http://www.maristellavampa.net/archivos/ensayo56.pdf>>. Acesso em 10 Nov. 2017.

_____. *Debates latinoamericanos*. Indianismo, desarrollo, dependencia y populismo. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Edhasa, 2016.

TORRES-GALARZA, R. *El sentido de lo común, pensamiento latino-americano*. 1a edición. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018.

ZHENG, Y. *China's Aid and Investment in Africa: A Viable Solution to International Development?* Fudan University, 2016.